



CÂMARA MUNICIPAL DE ITABIRITO

Avenida Queiroz Júnior, 639 – Bairro Praia – Itabirito – MG – CEP 35450-228
(31) 3561-1599 - www.itabirito.mg.leg.br

PROJETO DE LEI Nº 148 / 2024

Altera a redação da Lei Municipal nº1816, de 17 de dezembro de 1993, que institui o 'Código Tributário Municipal.

Art. 1º - O art. 7º da Lei Municipal nº1816, de 17 de dezembro de 1993 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 7º Contribuinte do imposto é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título do bem imóvel.

§ 1º - Desde que comprovada, perante a Administração Tributária do Município, a realização de atos ou evidenciados fatos inerentes ao domínio do imóvel, poderão ser inscritos como titular do imóvel:

I - o promissário comprador;

II - o detentor de direito real que importe no gozo da posse direta do imóvel;

III - o possuidor.

§ 2º. Caso o imóvel esteja cadastrado em nome de pessoa falecida e o inventário esteja ativo, o Cadastro Imobiliário deverá ser alterado para que conste como titular principal o espólio e, na qualidade de coobrigado, o sucessor a qualquer título, o cônjuge meeiro e, solidariamente, o inventariante.



CÂMARA MUNICIPAL DE ITABIRITO

Avenida Queiroz Júnior, 639 – Bairro Praia – Itabirito – MG – CEP 35450-228

(31) 3561-1599 - www.itabirito.mg.leg.br

§ 3º. Caso o imóvel esteja cadastrado em nome de pessoa falecida e o inventário finalizado, o Cadastro Imobiliário deverá ser alterado para que constem como titulares, conforme o caso, os sucessores a qualquer título ou o cônjuge meeiro, a quem for partilhado ou adjudicado o imóvel."

Art. 2º. Essa lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

Itabirito, 26 de Agosto de 2024

Anderson Martins da Conceição
VEREADOR





CÂMARA MUNICIPAL DE ITABIRITO

Avenida Queiroz Júnior, 639 – Bairro Praia – Itabirito – MG – CEP 35450-228
(31) 3561-1599 - www.itabirito.mg.leg.br

JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei ter por escopo alterar o teor art. 7º e parágrafos do Código Tributário Municipal.

A proposta pretende alargar o âmbito de sujeição passiva do Imposto Predial e Territorial Urbano incidente sobre as propriedades localizadas no território do Município. Com efeito, a proposta possibilitará que a cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano seja direcionada também ao promissário comprador, detentor de direito real que importe no gozo de posse direta do imóvel, e possuidor.

Nesse sentido, cabe sublinhar que a proposta aumenta a plausibilidade de recebimento do crédito tributário pela Fazenda Pública. Logo, estamos diante de proposta que tem a capacidade de aumento das receitas tributárias próprias arrecadadas pela Fazenda Municipal.

Cumpra também assinalar que o Supremo Tribunal Federal possui jurisprudência sedimentada admitindo a iniciativa parlamentar em relação a proposta de lei que verse sobre matéria tributária, confira-se, nesse sentido, a decisão proferida no ARE 743480, relator Ministro Gilmar Mendes.

Por fim, em arremate final, destacamos que a proposta não concede qualquer tipo de benefício aos contribuintes do IPTU. Ao contrário, como acima afirmado, o objetivo é o aumento do âmbito de sujeição passiva do tributo. Assim sendo, não incide na espécie quaisquer vedações relativas ao presente período eleitoral na tramitação e aprovação da proposta, não se aplicando notadamente qualquer das condutas vedadas previstas no art. 73 da Lei Federal nº 9.504/97, e demais normas eleitorais esparsas.

Itabirito, 26 de Agosto de 2024

Anderson Martins da Conceição